

Espaços interqualificantes e prevenção do envolvimento dos jovens no tráfico de drogas*

Pierre Roche¹

Centre d'Études et de Recherches sur les Qualifications(Marselha, França)

A irrupção do tráfico de drogas em bairros populares desestabiliza cotidianamente ações de numerosos profissionais (professores, educadores, animadores etc.). Alguns dentre eles recusam acomodar-se a tal situação. Em Marselha, Paris e em Seine-Saint-Denis, algumas instituições decidiram criar espaços de troca em torno do tema da prevenção do envolvimento dos jovens no tráfico, a fim de sustentar seus engajamentos. Chamado a animar esses grupos, o autor se apoiou em um dispositivo próprio da clínica sociológica, baseado na construção de saberes. A partir de então, os participantes desses grupos dispõem de uma leitura mais fina sobre as redes de tráfico de drogas e sobre a participação dos jovens nessas redes. Eles construíram um posicionamento profissional mais solidário no cotidiano e desenvolvem cooperações horizontais mais fecundas. Eles também criaram pistas originais de trabalho. Finalmente, o autor se interroga sobre a maneira pela qual tal iniciativa pode ser útil – não apenas aos participantes, mas também a todos que são (ou serão) confrontados com esses problemas em seus espaços de intervenção.

Palavras-chave: Tráfico de drogas, Jovens, Prevenção, Posicionamentos profissionais, Cooperações horizontais, Clínica sociológica do trabalho.

Espaces inter-qualifiants et prévention de l'implication des jeunes dans le trafic de drogues

L'irruption de trafics de drogues dans les quartiers populaires déstabilise au quotidien les pratiques de nombreux professionnels (enseignants, éducateurs, animateur etc.). Certains d'entre eux refusent de s'accommoder d'une telle situation. A Marseille, à Paris et en Seine Saint Denis, des institutions ont décidé de mettre en place des espaces d'échange autour du thème de la prévention de l'implication des jeunes dans les trafics afin d'étayer leur engagement. Sollicité pour les animer, l'auteur a pris appui sur un dispositif propre à la clinique sociologique qui repose sur la co-construction des savoirs. Les participants à la démarche disposent désormais d'une lecture plus fine des réseaux de trafics de drogues et de la participation des jeunes à ces derniers. Ils construisent un positionnement professionnel plus aidant au quotidien et développent des coopérations horizontales plus fécondes. Ils ont aussi dégagé des pistes de travail originales. L'auteur s'interroge, in fine, sur la façon dont une telle démarche pourrait être utile non seulement à ces participants mais aussi à tous ceux qui sont aujourd'hui (ou seront demain) confrontés à ces problèmes sur leur territoire d'intervention.

Mots-clés: Trafic de drogues, Jeunes, Prévention, Positionnements professionnels, Coopérations horizontales, Clinique sociologique du travail.

Spaces professional exchange and prevention of young people involvement in drug trafficking

The irruption of drug trafficking in popular districts destabilises the daily practices of many specialists (teachers, educators, leaders, etc.) Some of them refuse to accept this situation. In Marseille, Paris and Seine Saint Denis, institutions have decided to implement spaces for exchange aimed at preventing young people from becoming involved in drug trafficking and to support their commitment. Asked to lead them, the author used a system from clinical sociology based on co-constructing knowledge. The participants in this process now have a finer understanding of drug trafficking networks and how young people are involved in them. They built a professional positioning which is more able to help on a daily basis and which gives rise to more productive horizontal cooperation. They were also able to identify more original possibilities. The author ultimately questions the way in which such a process may be useful, not only for these participants, but also for all those who today are (or tomorrow will be) confronted with these problems in their own areas.

Keywords: Drug trafficking, Young people, Prevention, Professional positioning, Horizontal cooperation, Clinical work sociology.

* Publicado originalmente em: *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 15 (1), 207-224, 2013. DOI: 10.3917/nrp.015.0207

¹ Sociólogo clínico no Céreq (Centro de Estudos e Pesquisas sobre as Qualificações).

Introdução

Diretores ou professores de um estabelecimento escolar, educadores especializados em prevenção, técnicos de inserção ou psicólogos de referência, profissionais que realizam intervenções em espaços de acolhimento e escuta de jovens (PAEJ), assistentes sociais, responsáveis pelo desenvolvimento local, diretores ou animadores de um centro social, agentes culturais, agentes de desenvolvimento social, mediadores sociais, educadores da Proteção Judiciária da Juventude (PJJ)... Todos esses profissionais compartilham o fato de serem confrontados com jovens envolvidos nas redes da economia da rua e especialmente da revenda de drogas. Para a maioria deles, a irrupção do tráfico desestabiliza profundamente as suas ações no cotidiano. Como podem os professores promover a cultura do esforço junto de alunos cujo principal modelo de identificação é o “do traficante de drogas que ganha dinheiro fácil”? Como podem os educadores especializados em prevenção obter e preservar a confiança de jovens que são obrigados a respeitar a lei do silêncio própria do tráfico e se calam (calando além das palavras, seus sentimentos, suas emoções, seu mal-estar)? Às vezes, não basta uma informação falsa, um ato mal compreendido ou uma palavra mal interpretada para se instalar a dúvida? Como podem os profissionais, seja qual for o âmbito de intervenção e a instituição a que pertencem, manter sua capacidade para ir ao encontro desses jovens quando o medo de sofrer violências próprias do tráfico se apodera deles? Como podem não ativar defesas mais ou menos rígidas ou fascinar-se por tal universo ilegal?

Clínica do trabalho e espaços interqualificantes

Entre esses profissionais, alguns tomaram a decisão de recusar qualquer forma de denegação e de não aceitar tal situação. Mas sustentar um compromisso desse tipo não é fácil. Apesar de sua formação, de sua experiência, de suas competências e de sua capacidade para enfrentar situações marcadas por complexidade e incerteza, a situação que enfrentam suscita muita ansiedade e coloca numerosas questões, sobretudo a da razão de seu trabalho e de sua missão, da eficácia de sua intervenção ou ainda da legitimidade de seu posicionamento em relação à sua função.

Demanda

Como é possível abordar esses jovens sem se colocar numa situação ambígua com a lei? Que discurso de prevenção devemos ter com eles? Como manter o vínculo e o diálogo com eles sem avalizar uma atividade ilícita? Como reagir a certas revelações que eles podem fazer sobre seus comportamentos delituosos? Esses profissionais precisaram sair de seu isolamento, passaram a não ser mais conduzidos unicamente por sua subjetividade e também a se beneficiar da reflexão de outros profissionais de intervenção e da multiplicidade de seus pontos de vista.

Essa demanda foi respondida em diferentes locais, especialmente em Marselha (Roche, 2005; Duport, 2011), em Paris e em Seine-Saint-Denis (Jamouille & Roche, 2012). Nesses locais, as instituições² decidiram criar grupos de reflexão sobre o tema da prevenção do envolvimento dos jovens no tráfico, com o objetivo de construir um quadro ético comum de intervenção.

² Entre essas instituições, figuram o Serviço de Prevenção da Delinquência e a Missão Sida Toxicomanias e Prevenção dos Comportamentos de Risco da Cidade de Marselha, a Associação Departamental de Desenvolvimento das Ações de Prevenção de Bouches-du-Rhône (Addap 13), a Missão de Prevenção das Toxicomanias da Cidade de Paris, a Missão de Prevenção dos Comportamentos de Risco do Conselho Geral de Seine-Saint-Denis, as Direções da coesão social 75 e 93 e o Fórum Francês para a Segurança Urbana.

Desenvolvimento

Solicitados para coordenar esses grupos, apoiamos-nos em um dispositivo da clínica sociológica (Roche, 2009; Roche, 2010) que nos direcionou para o campo da pesquisa-intervenção, cujo objetivo é a transformação da situação de trabalho – à maneira de outras clínicas do trabalho e, particularmente, da psicologia do trabalho (Lhuilier, 2006), com a qual possui grande proximidade epistemológica e metodológica. O encontro coletivo repetido com retorno constitui a ferramenta privilegiada desse dispositivo.

Aqueles que se apresentaram voluntários para participar desses grupos não são “pares” no sentido objetivista do termo, porque não ocupam o mesmo lugar no seio da divisão social e técnica do trabalho. Por exemplo: o diretor da escola elementar não ocupa o mesmo lugar que a educadora da Proteção Judiciária da Juventude (PJJ). Mas talvez o sejam a partir do momento em que se privilegia o que representa um problema para um e para outro – o envolvimento dos jovens com o tráfico – e, sobretudo, a decisão (ética) que tomaram de não aceitarem tal problema. Aqui, eles simplesmente situam-se nas duas extremidades de um mesmo processo: o diretor da escola elementar defronta-se com um jovem (ainda criança) que começa a envolver-se no tráfico ocupando o lugar de vigia, ou apenas levando bebida e sanduíche para o traficante (Lalam, 2011); a educadora PJJ defronta-se com um jovem mais velho que cumpre medidas educativas legais, precisamente em razão de seu envolvimento com o tráfico. Todos os outros participantes dessa iniciativa (educadores especializados em prevenção, conselheiros de missão local, mediadores etc.) situam-se entre esses polos, em diferentes pontos do processo. Mas o que importa é que cada um no grupo se autoriza a falar sobre o que ordinariamente não pode ser dito em razão das defesas que mobiliza. Eles sabem que os outros compartilham dificuldades semelhantes às suas e também possuem um forte desejo de superá-las. Têm consciência de tudo o que podem descobrir e aprender trocando essas experiências. Cada um pode interrogar-se sobre a razão do envolvimento dos jovens com o tráfico e contar aos outros suas respostas profissionais. Pode falar de uma decisão que teve de tomar, por vezes sozinho e em situação crítica; sobre escolhas que teve de fazer entre diferentes obrigações e exigências contraditórias. Cada um pode romper os silêncios que envolvem seu trabalho e suas dificuldades, falar sobre tudo o que resiste à sua vontade de controlar e o coloca em dificuldade e por vezes em sofrimento. Mas cada um pode também testemunhar sobre o modo como resolveu problemas que, *a priori*, pareciam insolúveis.

Em tal perspectiva, a repetição dos encontros é importante porque favorece a confiança entre os participantes e cria condições para uma palavra cada vez mais autêntica, em razão da transformação da situação de enunciação que ela suscita. Mas o retorno é a parte principal. O que é dito é registrado, transcrito e devolvido em seguida ao grupo, entre duas sessões de trabalho; depois, pouco a pouco, o que foi dito é tematizado, colocado em perspectiva, elaborado, reelaborado, conceitualizado. Em resumo, é transformado em saberes. Retorno assim aos profissionais para sustentar sua capacidade reflexiva, e para que eles próprios possam rever seus enunciados e avançar em sua própria elaboração.

Desenvolve-se assim o sentido que ecoa através das palavras de todos, aquilo que entra em ressonância e por vezes em contradição. Pouco a pouco, ao sabor dos retornos reflexivos sucessivos sobre o que é dito, constroem-se saberes compartilhados. Esses grupos de trabalho tornam-se então espaços de profissionalização, de interpretação, de construção de novas formas de racionalidades.

Razão do envolvimento dos jovens no tráfico

Porque os jovens se envolvem em redes de tráfico de drogas? Porque eles permanecem? Por que a maioria deles consegue sair a tempo, antes de qualquer interelação e prisão? As respostas dadas a essas três questões são decisivas, na medida em que condicionam a maneira como os profissionais podem aceitar os desafios para os quais são confrontados.

Porque os jovens se envolvem?

Esses jovens são as “mãozinhas” do tráfico. Trata-se principalmente de rapazes que participam da revenda, mas as moças não estão ausentes dessas redes. Algumas as integram tomando a carga o transporte, desempenhando o papel de “mula”. Essas últimas frequentemente estão sozinhas, e por vezes sem domicílio fixo, errantes, levadas pela necessidade. Outras as integram trabalhando no armazenamento. O apartamento serve de “depósito” e é colocado à disposição dos traficantes para armazenar e preparar as drogas.

Não se negará a dimensão propriamente econômica de tal compromisso, mas o dinheiro não é fácil, porque sua atividade não é tão bem remunerada, comportando, além disso, muitos riscos. Existe nessa atividade uma maneira de resistir à pauperização, de obter uma parte essencial do dinheiro necessário à vida ou à sobrevivência da família; às vezes, um meio de reembolsar rapidamente dívidas contraídas, por exemplo, após receber multas, porque trata-se aqui de um dinheiro possível e imediatamente disponível; um meio de aceder a bens de consumo cujo preço é muito elevado em relação ao seu poder de compra. Como na economia formal, conta antes de tudo a importância da margem de lucro (“o que rende mais”) e da procura (“o que se vende mais”). Em função do valor de mercado, podem privilegiar um produto em relação a outro. Alguns podem vender sucessivamente haxixe, *savonnette*³, *pollen*⁴, cocaína e crack. Mas podem também diversificar a gama dos produtos, propondo tanto haxixe como crack, ou ainda comprimidos, com o risco de criar uma instabilidade muito forte ao fazer variar os preços de um produto durante um mesmo dia.

A razão do envolvimento dos jovens nessas redes não se esgota na dimensão econômica. Nosso ensaio, bem como outras pesquisas conduzidas em outros países (Barros & Faria, 2010), permitiu evidenciar esse caráter plural. Eles também são levados pela necessidade de pertença e pelo desejo de serem mais visíveis (Aubert & Haroche, 2011), para poderem ser reconhecidos (Honneth, 2000). Encontra-se aí um lugar social valorizado e um meio de ter influência sobre os outros, ostentando suas práticas de consumo, seu poder de “pagar marcas”. A entrada nessas redes permite a esses jovens confrontar-se com o instituído, um mundo feito de regras, de normas e de valores, e tentarem ser instituintes (Hess & Autier, 1993). Permite-lhes colocar à distância o mundo real e “contar bravatas”, talvez para compensar o vazio de sua existência e fugir ao tédio. Permite-lhes serem “cool” (Barth & Muller, 2008), estar sem estar verdadeiramente. Permite-lhes uma desforra social em relação ao “sistema”. Finalmente, haveria nesse meio uma maneira de, tomando outro caminho, reintegrar o “sistema” que os repele violentamente.

É necessário dizer que eles encontram prazer nessa atividade. Primeiro porque têm orgulho de ser reconhecidos por seus pares e seus clientes, podem dar dinheiro a seus pais, não “vacilar”, subir na hierarquia, ter um nome reputado no bairro. O orgulho reencontrado, quando a escola foi para eles sinônimo de vergonha e humilhação, não é o menor dos resultados obtidos graças a essa atividade.

3 A *savonnette* é um composto de folhas de haxixe pulverizado, de parafina (ou de óleo) e de medicamentos. Esse produto era fortemente distribuído nos anos 1990.

4 *Pollen* é o nome dado à resina em forma de pó, ou muito ligeiramente prensada, como a *garda* do Afeganistão.

Mas eles encontram também prazer no fato de tal compromisso permitir jogar com o limite, com a lei, a regra, a norma. Os jovens vão deliberadamente ao encontro do medo, por vezes indo fisicamente ao encontro da polícia para desafiá-la, provocá-la, lançar-lhes um desafio ou pedras. Desse ponto de vista, a atividade reveste-se de um caráter lúdico. Como os trabalhadores da construção civil, inscrevem-se em práticas perigosas (Dejours, 1993). Procuram o aumento de adrenalina, esse aumento da excitação que lhes permite experimentar intensamente o sentimento de existir.

Porque os jovens permanecem no tráfico?

A participação nas redes de tráfico de drogas pode suscitar muita culpa, sobretudo quando o sentimento de fazer mal ao outro, ou de lhe “vender a morte”, importuna sutilmente ou irrompe violentamente na consciência e não deixa dormir. Entretanto, defesas são ativadas para que quase não sinta essa culpa.

A primeira defesa que podemos evocar consiste em transformar o negativo em positivo (Freud, 1936/2001). O traficante não é um vendedor de morte, mas um simples comerciante, ou uma pessoa da moda. No meio festivo, é facilmente considerado como alguém que corre riscos para que os “clubbers” tenham prazer, merecendo por isso respeito e consideração. Outra defesa consiste em transferir para a outra pessoa toda a responsabilidade. De tipo projetiva (Freud, 1936/2001), essa defesa tem por efeito colocar o sujeito fora do jogo, fora da cadeia de causalidade que permite notar a infelicidade que atinge o outro. Os jovens pensam, por exemplo, que o “cracker” torna-se “tóxico”⁵ porque é fraco de caráter e não sabe dominar o consumo. Outra defesa ainda consiste em reificar o outro, ou em reduzi-lo a um estado de não vivo.⁶ Os *crackers* fazem parte da “cota perdida”, eles “já estão mortos”.

“Se eu não faço, outro o fará”. O sujeito tem o sentimento de ser apanhado por um “sistema” que, de qualquer forma, funcionaria com outros se ele conseguisse sair dele. Por compartimentar a ação, fragmentar e tornar técnicas as tarefas, por serializar aqueles que dele participam, torná-los intercambiáveis, esse “sistema” diminui muito ou anula totalmente qualquer responsabilidade individual, participando da suspensão da consciência moral. Tal pensamento nutre o processo defensivo, visa preencher as últimas brechas através das quais o sentimento de culpa poderia ainda irromper, alcançar a consciência.⁷ Aí estaria um sinal, entre outros, da racionalização e da banalização do mal (Dejours, 1998)?

Aqueles que vendem cocaína podem ter o sentimento de participar da festa, de um espírito “fun”. Aqueles que vendem crack ou heroína podem ter o sentimento de estar se dirigindo a “tóxicos” que já estão mortos. Todos podem ter o sentimento de não ter nenhuma responsabilidade, porque seriam apenas peões de um sistema que poderia funcionar sem eles. Todos esses mecanismos de defesa, que consistem em transformar o negativo em positivo, projetar sobre o outro a responsabilidade pela infelicidade, tentar reduzi-lo a um estatuto de não vivo ou ainda em declarar-se ele próprio intercambiável em um sistema implacável, contribuem para ocultar a gravidade de seus atos. Mas tais defesas não são totalmente eficazes. Talvez testemunhem a discrição que frequentemente acompanha a revenda de crack, apesar de sua importância crescente no mercado das drogas. Com esse produto, o sentimento de “vender a morte” parece ainda forte. Os traficantes chegam a ser expulsos e obrigados a trabalhar muito

5 O usuário torna-se viciado.

6 Encontramos especialmente essa redução do vivo a um estatuto de não vivo nas defesas instaladas pelos empregados dos matadouros em suas relações com os animais. É a representação do animal-máquina que se impõe mais correntemente (Porcher, 2008).

7 “O modo de organização da sociedade industrial invadiu a sociedade completamente: vidas fragmentadas, tarefas fragmentadas, consciência fragmentada. Um laço estreito une a racionalidade técnica à esquizofrenia social e moral dos assassinos. Eichmann, Stangl e os outros foram elos de uma cadeia de assassinos, mas consideraram a sua tarefa apenas como um problema puramente técnico. Essa compartimentalização da ação e a especialização burocrática fundam a ausência de sentimento de responsabilidade que caracteriza tantos assassinos e os seus cúmplices; ela suspende a consciência moral” (Bensoussan, 1998).

discretamente. O crack estaria substituindo a cocaína na qualidade de produto maldito? Deve-se então esperar, como para a cocaína, uma próxima banalização de sua venda e de seu consumo?

Esse envolvimento é também fortemente angustiante e produtor de ansiedade, em razão de seu caráter ilegal, já que expõe ao risco de ser perseguido, encarcerado e também à violência das redes de tráfico. Os jovens evocam mais o medo de ser presos, especialmente com “material”, do que a culpa de “vender a morte”. Evocam o fato de não poderem dormir em completa tranquilidade, de estarem constantemente de vigia, de serem perseguidos pelos consumidores. Eles receiam as perquisições da polícia ou ainda as ameaças e ataques de seu próprio meio social. Mas então por que muitos deles perseveram no tráfico? Quais são as forças que os levam a isso?

O fato de, em alguns bairros, o tráfico e o consumo de drogas serem visíveis por todos, participa de sua banalização. Os mais jovens assistem, no caminho da escola, a cenas que só poderiam mediar fortemente a sua relação com o mundo. Essa banalização tende a requalificar em suas mentes os atos proibidos em atos permitidos, ou pelo menos tolerados; ela tende a atenuar ou aniquilar o sentimento de transgressão. Assim, por vezes eles pensam que não são “traficantes” se traficam apenas para assegurar o próprio consumo.

Se a dívida legal favorece a entrada na rede, a dívida ilegal contraria ou cria obstáculo à sua saída. O medo de ser duramente punido pelo não reembolso de dívidas pode vencer qualquer outro afeto. A dívida não é unicamente financeira, mas também subjetiva e simbólica. Ela está no fundamento das relações econômicas próprias do tráfico, e pode ser a principal “paixão triste”, da qual as relações de poder que a constituem necessitam para poder se perpetuar. De fato, os jovens podem se sentir devedores em presença daqueles que consideram como protetores indulgentes, colaboradores sempre prontos a prestar serviço; por exemplo, pagando as despesas de advogado e fornecendo uma ajuda financeira aos pais dos jovens encarcerados. A figura ideológica do “pequeno empreendedor” metamorfoseia-se na do “homem endividado” (Laxarão, 2011). Não é tanto a troca que caracteriza a economia das redes de tráfico de drogas, mas a relação credor/devedor. Uma dimensão essencial que reúne em seus fundamentos a economia formal contemporânea neoliberal. Esse sentimento de ser devedor contribui para manter ou a integrar os jovens em redes de tráfico. Eles continuariam a traficar apesar dos riscos que correm e por vezes apesar de seu desejo de reencontrar uma vida mais tranquila porque o sentimento de dívida seria mais forte.

Finalmente, vimos que os jovens sentem também um prazer narcísico e transgressivo com a atividade de “deal”. Frequentemente, esse prazer é tal que subverte a economia psíquica do medo, transformando as forças negativas e inibidoras de que ela é originalmente portadora em forças positivas e dinâmicas para a atividade. Eles não se defenderiam contra o medo, tentando conter sua expressão e negando seus diferentes conteúdos. Transformam a natureza de seu sentimento para que ele não seja mais paralisante, e sim estimulante, excitante.

A existência de tal economia psíquica explica por que *a priori* o que deveria levá-los a deixar o tráfico pode afundá-los ainda mais nele. Quando seus pares “caem”, são presos pela polícia, os jovens dizem: “De qualquer maneira, aqueles que caem são idiotas. Nós não cairemos jamais!”. Essa maneira de reagir em face do acontecimento é corrente, clássica. Lembra, em sua formulação, aquela dos jovens envolvidos no consumo de produtos psicoativos ilícitos diante do risco de dependência e de degradação física e psíquica, mas também, no mundo do trabalho lícito, a dos trabalhadores da construção civil frente aos riscos à sua integridade física. Talvez mude apenas o tipo de qualificativo que une aqueles que caem: “idiotas” no caso de tráfico, “fracos de caráter”, no caso do consumo, “incompetentes” ou ainda “inábeis” no caso da construção. Em tal quadro, o fato de que certos jovens possam “cair” permite lembrar que essa atividade não é livre de perigo, que exige da parte daqueles que a

exercem muitas qualidades, sobretudo astúcia, destreza e coragem. E, por isso, valoriza aqueles que conseguem permanecer.

Porque os jovens saem do tráfico?

O que é suscetível de desencadear um processo de saída do tráfico de drogas e, mais amplamente, de desistência⁸? Talvez afetos que vençam o desejo de continuar o “negócio” ou o medo de partir.⁹ Certamente, o sentimento de culpa desempenha aqui um papel significativo. Uma culpa por excesso, por ter ido longe demais na transgressão dos limites, e, sobretudo, no exercício da violência contra o outro. Culpa pela falta, por ter falhado e especialmente por ter desiludido a mãe, por não ter correspondido ao seu desejo, à sua expectativa. Mas o amor que eles sentem em relação a uma pessoa desempenha sem dúvida um papel ainda mais importante. Frequentemente, apenas o casal seria susceptível de lutar eficazmente contra a influência do grupo formado à volta do “deal”; pelo menos se seguimos aqui Didier Anzieu, para quem o imperialismo do casal e o do grupo torna sua coexistência difícil, pois cada um contribuiria ao enfraquecimento do outro, a retirar a energia psíquica do indivíduo (Anzieu, 1984). Talvez o investimento em uma vida profissional ou em responsabilidades parentais. Talvez, finalmente, uma paixão alternativa ligada principalmente à cultura urbana, como a música, a dança ou ainda o teatro. Porque eles podem então exprimir o que não conseguem dizer em outro lugar, sem que suas defesas se enrijeçam até se transformar em carapaças (Reich, 1933/2006) ou, ao contrário, sem as desmantelar violentamente até a destruição. Sem dúvida, a criatividade fornece uma via singular, graças à qual o que foi objeto de traumatismo pode finalmente ter representação e integrar-se no psiquismo em vez de sair por meio do sintoma. Mas também porque permite um lugar ao que não o teve, permite representar ao que nunca o fez. Concordamos com Winnicott (1971/1975) e Roussillon (Dubouchet, 2006) quando eles afirmam que o ser humano sofre sobretudo das virtualidades que não foram realizadas, dos impulsos que não foram acolhidos, dos sonhos que foram esmagados, de tudo o que não pode, em sua história pessoal, ser apropriado. As obras que são produzidas no âmbito dessas atividades criativas não são menos importantes que essas últimas. Quer sejam nomeadas “objeto transicional” (Winnicott, 2010) ou “médio maleável” (Milner, 1969/1974), permitem ligar a psiché ao mundo exterior por meio das simbolizações primária e secundária.

Para alguns, o processo de saída do tráfico implica um rompimento com o bairro e com os amigos com os quais cresceram. Pode conduzi-los a um grande isolamento e exige deles que saibam processar o luto em relação a tudo o que eles valorizam no tráfico, e aos poucos reconstruí-los, encontrando satisfações em outros tipos de investimento. Para outros, a saída do tráfico é coletiva. Ficam em seu grupo ou integram outro, mas com ele envolvem-se em atividades alternativas. Esses percursos não são lineares, duram vários anos e atravessam várias etapas. Por exemplo: o fato de trabalhar de manhã e traficar depois do almoço constitui por vezes um primeiro compromisso aceitável.

Construção de um quadro ético de intervenção

Os profissionais que participaram desses espaços interqualificantes passaram a dispor, a partir da intervenção, de uma leitura mais fina das redes de tráfico de drogas e dos motivos que levam os jovens a investir nessas redes, a se manter nelas ou ainda a deixá-las. Podem assim apoiar-se nessa leitura para construir posicionamentos mais efetivos e desenvolver cooperações

8 A desistência designa a interrupção de um percurso de delinquência ou de criminalidade.

9 “Um afeto só pode ser reduzido ou eliminado por um afeto contrário, e mais forte” (Spinoza, 1677/1977, IV, 7, T. 2, p. 23).

horizontais mais fecundas com outros profissionais de intervenção ou ainda com moradores da região e os pais. Foram também levados a descobrir possibilidades de trabalho que necessitariam atualmente de novas experimentações.

Posicionamentos profissionais mais efetivos

A ampliação do campo de compreensão (graças à interqualificação) autoriza novos meios de ação. Mais instruídos sobre a dimensão econômica do tráfico, os profissionais podem ajudar os jovens a desconstruir certas ilusões a ele relacionadas, como a do enriquecimento fácil, que compartilham com muitos sujeitos, e a ilusão de poderem eles próprios reforçar por meio de certas práticas ostentatórias – como, por exemplo, mostrando maços de notas e omitindo ao mesmo tempo que a maior parte da quantia deve ser entregue ao seu “patrão”, fazendo crer que o valor total dos negócios é seu benefício líquido. Em certas situações de trabalho, podem abordar tais questões de uma maneira mais direta. Esse é particularmente o caso da Proteção Judiciária da Juventude. O fato de calcular com eles a porcentagem que ganham por hora e, sobretudo, colocar esse valor em relação com os riscos corridos, pode permitir-lhes tomar consciência do forte grau de exploração a que são submetidos. Nesse caso, os profissionais intervêm, atentos para não humilhar, para não acabar muito depressa e brutalmente com as ilusões que nutrem o amor próprio dos jovens.

Atualizando sem interrupção seus conhecimentos sobre as implicações locais, individuais e subjetivas, esses profissionais podem ser mais receptivos, capazes inclusive de perceber nas atitudes, no gestual e nas palavras por vezes confusas de um jovem o que representa um apelo, o que merece atenção e por vezes resposta. Eles podem ser ainda capazes de levar em conta dimensões muito concretas em suas ações profissionais; podem evitar, por exemplo, propor formações aos jovens em horários que coincidem com os do tráfico. Isso os levou a utilizar suportes criativos como a música, a dança ou o teatro, que permitem a reapropriação da história pessoal e a elaboração do sofrimento que frequentemente favorece a entrada no tráfico.

Compreendendo melhor a abordagem comunitária que interroga sem cessar o que os indivíduos protegem quando se reúnem em grupos, não ignoram qualquer dinâmica grupal¹⁰ e agem de modo diferente segundo as situações. Eles podem ajudar os jovens a se construir como indivíduos capazes de fazer escolhas e de resistir à pressão que o grupo exerce sobre eles para que adotem determinados valores, normas e representações. Mas podem também utilizar esses grupos como alavanca de prevenção e de emancipação para os jovens. Alguns se apoiaram sobre redes de afinidade já existentes para constituir em torno de um projeto grupos que pouco a pouco interessam aos jovens envolvidos com o tráfico. Outros colocaram diretamente estes últimos em contato com outros jovens. Mas todos sabem que os grupos só podem constituir uma alternativa à economia da rua se eles forem mais atrativos que aqueles constituídos em torno do “deal”.

Prestando atenção à dimensão temporal do percurso dos jovens no tráfico, os profissionais agem de maneiras diferentes segundo a fase de envolvimento em que cada um deles se encontra. No início, parecem ficar fascinados. Tendem a subestimar a gravidade dos riscos corridos e a dar-lhes um caráter fortemente lúdico, ou mesmo virtual. Os profissionais podem então centrar o trabalho sobre a conscientização dos riscos, dando informações concretas e precisas sobre aquela realidade. Mas a amplitude do trabalho que devem realizar em matéria de redução dos riscos está relacionada à força de atração do tráfico. Quando estão mais

¹⁰ Na tradição francesa do trabalho social, os profissionais centram sua intervenção sobre o indivíduo isolado. Este só poderia “livrar-se” se conseguisse “sair do grupo”. Mas outras aproximações educativas e preventivas, ainda minoritárias, apostam no grupo ou no coletivo de pares para produzir mudança. Fala-se então de trabalho social coletivo ou, para retomar uma expressão do Conselho Superior do Trabalho Social (CSTS), de intervenções sociais de interesse coletivo. Nessas aproximações, o grupo é investido de um valor positivo.

envolvidos, os jovens tomam consciência da realidade dos riscos, especialmente porque amigos, de vez em quando, “caem”. Mas vimos o tipo de defesa que utilizam para se encorajar a se manter nessa atividade. Então é necessário, para os profissionais, mais que fazer os jovens tomarem consciência dos riscos que correm envolvendo-se no tráfico, permitir-lhes mudar as formas dessa consciência, subverter sua relação subjetiva com esses riscos.

Os profissionais assinalam também os momentos mais sensíveis desse percurso. Tais momentos podem ser mais propícios que outros ao envolvimento dos jovens no tráfico. É o caso da entrada no colégio, porque os “pequenos” sentem-se ameaçados pelos “maiores” e podem então ser tentados a “prestar-lhes serviços”, aceitando ser “olheiros”. Mas também, e sobretudo no caso de abandono escolar, após uma expulsão dada pelo conselho de disciplina ou ainda por não estar matriculado em uma escola em setembro.¹¹ O risco de adesão ao tráfico é então elevado porque eles estão em uma “escola da rua”, da qual podem incorporar muito depressa os códigos, normas e valores. Conscientes de estarem em uma corrida contra o tempo, os trabalhadores sociais e educativos tentam agir com reatividade e rapidez para os rematricular no sistema escolar ou encontrar soluções satisfatórias em matéria de formação ou de emprego. Essas situações podem estar diretamente relacionadas à faixa etária. Assim, para os de 16 a 18 anos que não são escolarizados a solução não pode vir de programas institucionais. Aqueles com mais de 26 anos não fazem parte do “público jovem” para serem atendidos em programas de inserção locais nem em centros sociais ou ainda nos clubes de prevenção.

Mas a atenção dos profissionais pode ser focada também nos momentos propícios à saída do tráfico para aqueles que já estão na engrenagem. É particularmente o caso do momento imediatamente posterior à saída da prisão. Geralmente os jovens resistem à retomada do tráfico, especialmente quando se sentem abandonados durante a detenção e não contaram com a ajuda do grupo ao qual pertenciam. Mas eles não poderão resistir por muito tempo caso se encontrem sem dinheiro para viver e experimentam o sentimento insuportável de terem fracassado. Os profissionais também sabem que devem agir depressa se querem ajudá-los a direcionar sua trajetória no sentido da saída. Esses momentos nem sempre são previsíveis, podendo surgir de maneira imprevista no percurso. Daí vem a importância crucial para os profissionais de ser, igualmente e à sua maneira, “olheiros”, de se manter à espreita para poder aproveitar a tempo, para captar os jovens antes que desapareçam.

Cooperações horizontais mais eficazes

A elaboração dos espaços interqualificantes favorece a construção de uma aliança de proximidade e de desenvolvimento de cooperações horizontais entre os profissionais. Permite tirar melhor proveito da complementaridade dos papéis, das funções, das missões, das culturas profissionais, dos posicionamentos. Cada um pode identificar melhor seus parceiros, assinalar seu campo de intervenção, mas também seus constrangimentos e limites. Permite suportar os conflitos de valores (Weber, [919/1963]) que nascem da multiplicidade das culturas profissionais.

Essas alianças podem implicar os moradores locais e os pais. As demandas pela coeducação são importantes porque são suscetíveis de devolver sentido ao compromisso escolar dos jovens e de barrar ou mesmo prevenir a sua entrada no tráfico de drogas (Jésu, 2004; Sénore, 2009; Roche, 2010). Elas dizem respeito em primeiro lugar aos pais, às equipes educativas dos estabelecimentos escolares e aos alunos, mas também aos trabalhadores sociais, aos educadores populares e os atores do mundo do trabalho. Exigem que os sujeitos se interpelem de outra maneira; que os professores, por exemplo, não esperem que haja um problema de aprendizagem ou de comportamento para convocar os pais, mas os encontrem regularmente para fazer com eles um balanço sobre a escolaridade dos seus filhos. Elas só

¹¹ Início do ano letivo.

podem se desenvolver se os seus protagonistas puderem se encontrar nas instituições e também nos locais conviviais mais propícios às trocas; se forem capazes de construir projetos formais, mas também de tomar iniciativas mais espontâneas.

As alianças podem nascer da iniciativa de coletivos de moradores; de mães de família, por exemplo, que não suportam perder a influência sobre os filhos e se preocupam com seu futuro. Os profissionais apoiam e amplificam essas ações, sempre com a preocupação de não prejudicar a autonomia do coletivo. A escolha desse posicionamento não diminui a importância de sua intervenção, mas muda radicalmente seu conteúdo. Se eles estão presentes, é, sobretudo, para oferecer os recursos de que necessitam seus interlocutores para agir. Compete aos moradores a iniciativa da ação e da gestão, mas também da relação com os profissionais. Tal escolha transforma a ação. Longe de ser concebida como a simples elaboração de um projeto formal escrito por vezes para responder a injunções institucionais que se inscrevem numa lógica puramente gestonária, ela só pode tomar forma através de hesitantes e sucessivas tentativas de experimentações diversas.

Pistas de trabalho a experimentar

Duas pistas de trabalho necessitariam atualmente da elaboração de novas experimentações: a da reapropriação do modelo da redução de riscos e a de transferência das competências construídas sobre o “deal” ao campo do lícito.

No mundo do “deal”, os jovens correm riscos e fazem os outros correrem outros riscos, em razão essencialmente do caráter ilegal de sua atividade e da violência própria às redes: riscos penais (interpelação, processos, julgamento, encarceramento); riscos de ataque à integridade física (dano corporal, ou mesmo morte por homicídio voluntário ou involuntário); riscos de ataque à saúde mental (culpa por “vender a morte”, medo, sentimento de estar amarrado) ou ainda riscos “sociais” (abandono escolar, degradação das relações familiares, ameaças à vida em comunidade, danos materiais, clima de insegurança etc.). Talvez por isso seja o caso de pensar a abordagem do “deal” sob o modelo da redução de riscos até agora usado essencialmente no campo da toxicomania; de apoiar a ideia segundo a qual “há sempre algo a fazer”, seja qual for a situação. Tal ética de intervenção é de fato solidária a uma representação profissional do percurso dos jovens estruturado em etapas.

Em tal perspectiva, os profissionais podem convidar os jovens a não passar todo o tempo no tráfico, a associar-se a uma atividade, mesmo “sem ser declarada”, porque tal compromisso pode testemunhar uma vontade de trabalhar e constituir uma experiência formadora. Há então ocasião para se confrontar com o mundo do trabalho, com seus constrangimentos, e por vezes descobrir a negociação. Eles podem empurrar o “deal” fora dos muros da instituição ou do olhar de uma mãe e dos seus filhos. Podem obter deles o compromisso de não revender os produtos mais nocivos para a saúde. Podem colocar-se na qualidade de terceiros para reduzir a violência própria ao tráfico. Eles negociam com a realidade do “deal”, mas tentam criar um consenso em torno de alguns grandes princípios de humanidade e colocar a lei simbólica onde ela falta. Assim, às vezes conseguem convencer os “grandes” a não utilizar os “pequenos” como olheiros. Podem finalmente reduzir os riscos ligados à saída do tráfico, especialmente ajudando os jovens a não descompensar brutalmente quando deixam os climas de alta tensão a que estão associados, permitindo-lhes desacelerar gradativamente e interrogar-se sobre suas necessidades, propondo-lhes alternativas legais que provocam aumento de adrenalina e sensações fortes como, por exemplo, as atividades esportivas.

Mas os jovens desenvolvem também competências e habilidades no âmbito da economia ilícita, sobretudo em matéria de contabilidade, de negociação, de venda, de relações públicas, e os que ocupam as posições mais importantes, que dispõem de capital econômico, social e simbólico mais elevado, conseguem por vezes sair a tempo, transferir essas

competências ao campo do lícito. Descobrimos que os profissionais podem ver no acompanhamento dessa transferência uma pista de trabalho inovadora, conscientes ao mesmo tempo de que o processo exige muita paciência e também vigilância para abortar certas armadilhas nas quais eles poderiam ser apanhados. Eles sabem que, mais que as qualidades das competências, é o fato de mobilizá-las em outro cenário que cria problema. Porque, se os jovens adquiriram no campo do ilícito o que se exige no lícito, eles não dispõem, a não ser muito raramente, de códigos próprios ao mundo do trabalho formal, e nem sempre estão dispostos a respeitar suas regras e normas. Os profissionais sabem também que devem intervir ativamente junto aos mais jovens, que poderiam interpretar essa “validação dos conhecimentos da experiência” do tráfico como um encorajamento para sua entrada, e ainda intervir junto a empregadores pouco predispostos a confiar neles.

Conclusão

Como tais espaços interqualificantes podem ser úteis a todos aqueles que são ou serão cotidianamente confrontados com esses problemas em seu espaço de intervenção? Podemos capitalizar os saberes que aí se construíram sob a forma de módulos de formação – prioritariamente, sem dúvida, para profissionais de primeira linha (educadores especializados em prevenção, animadores, mediadores, assistentes de serviço social etc.) e estudantes dos Institutos de Formação em Trabalho Social. Podemos também tirar lições do método que os sustentam para a concepção de modos de aprendizagem e de apropriação dos saberes, tanto na formação contínua como na formação inicial. Finalmente, como é possível promover tais espaços, criar condições sociais e institucionais para sua instalação, discutir suas implicações onde a emergência de situações críticas e multidimensionais exige novas alianças profissionais, apenas suscetíveis de fornecer respostas na medida de sua complexidade? As pesquisas-intervenções futuras deverão abordar essas questões.

Referências

- Anzieu, D. (1984). *Le groupe et l'inconscient. L'imaginaire groupal*. Paris: Dunod, Collections Psychismes.
- Aubert, N. & Haroche, C. (2011). *Les tyrannies de la visibilité. Etre visible pour exister?* Toulouse: Érès.
- Barros, V. A. & Faria, A. A. C. (2011). Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia & sociedade*, 23 (3), 536-544.
- Barth, I. & Muller, R. (2008). La coolitude comme nouvelle attitude de consommation: être sans être là. *Revue Management et Avenir*, 19, 18-36.
- Bensoussan, G. (1998). *Auschwitz en héritage? D'un bon usage de la mémoire*. Paris: Mille et une Nuits/Les Petits livres.
- Dejours, C. (1993). *Travail usure mentale* (Nouvelle édition augmentée). De la psychopathologie à la psychodynamique du travail. Paris: Bayard.
- Dejours, C. (1998). *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Seuil.
- Dubouchet, D. (2006). Regards sur la souffrance. Échange avec René Roussillon. *Gestalt*, 30, 73-87.
- Duport, C. (2011). *L'intervention sociale à l'épreuve des trafics de drogues*. Addap 13, MILDT, CG13, Ville de Marseille.
- Freud, A. (1936/2001). *Le Moi et les mécanismes de défense*. Paris: PUF.
- Gaulejac, V., Hanique, F. & Roche, P. (2007). *Sociologie clinique. Enjeux théoriques et méthodologiques*. Toulouse: Érès.
- Hess, R. & Autier, M. (1993). *L'analyse institutionnelle*. Paris: PUF.

- Honneth, A. (2000). *La lutte pour la reconnaissance*. Paris: Éditions du Cerf.
- Jamoulle, P. & Roche, P. (2012). *Engagement des jeunes dans le trafic. Quelle prévention?* Rapport final "groupe du 19^{ème} arrondissement de Paris & groupe trans-périphérique Paris / Seine-Saint-Denis", Mission de prévention des toxicomanies de la Ville de Paris, Mission de prévention des conduites à risques du Conseil général de la Seine-Saint-Denis, Directions de la cohésion sociale 75 et 93, MILDT, Forum Français pour la Sécurité Urbaine.
- Jésu, F. (2004). *Coéduquer pour un développement social durable*. Paris: Dunod.
- Lalam, N. (2011). "La canette et le sandwich". La participation des jeunes dans le trafic de stupéfiants. In C. Dupont (Org.), *L'intervention sociale à l'épreuve des trafics de drogues*. Marseille: Addap13, MILDT, CG13, Ville de Marseille.
- Lazzarato, M. (2011). *La fabrique de l'homme endetté. Essai sur la condition néolibérale*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Lhuilier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Toulouse: Érès.
- Milner, M. (1969/1974). *Les mains du Dieu Vivant*. Paris: Gallimard.
- Porcher, J. (2008). Ouvrière en production porcine industrielle: le prix de la reconnaissance. *Ethnographiques.org*, 15.
- Reich, W. (1933/2006). *Analyse caractérielle*. Paris: Payot-Poche.
- Roche, P. (2005). *La proximité à l'épreuve de l'économie de la débrouille: situation de travail et postures professionnelles des travailleurs sociaux*, Addap 13, Service Prévention de la Délinquance et Mission Sida toxicomanies et prévention des conduites à risques de la ville de Marseille.
- Roche, P. (2009). La subjectivation. In V. de Gaulejac, F. Hanique & P. Roche (Orgs.), *La sociologie clinique, enjeux théoriques et méthodologiques* (pp.161-185). Toulouse: Érès.
- Roche, P. (2010a). Sociologie clinique du travail et subjectivation. In Y. Clot & D. Lhuilier (Orgs.), *Agir en clinique du travail* (pp. 51-65). Toulouse: Érès.
- Roche, P. (2010b). *Et si on poussait les murs... Une démarche de coéducation dans des quartiers populaires de Marseille*. Dijon: Éditions Raison et Passions.
- Senore, D. (2009). *Parents et profs d'école, De la défiance à l'alliance*. Lyon: Chronique sociale.
- Spinoza, B. (1677/1977). *Ethique*. Paris: VRIN, Librairie philosophique, T. 1 et T. 2, notice et notes par Charles APPUHN.
- Weber, M. (1919/1963). *Le savant et le politique*. Paris: Union générale d'éditions.
- Winnicott, D. (1971/1975). *Jeu et réalité, l'espace potentiel*. Paris: Gallimard.
- Winnicott, D. (2010). *Les objets transitionnels*. Paris: Payot.

Endereço para correspondência

roche@cereq.fr